

DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO - 1\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, Lisboa—1.

ASSINATURAS									
As três séries Ano 8		Semestre							
A 1. série		N)							1808
A 2.ª série • 3		n							
A 3.4 série » 3	3208	31							1708
Apendices (art. 2.0, n.0 2, do Dec. n.0 365/70) — anual, 300\$									
«Diário das Sessões» e «Actas da Câmara Corporativa» — por cada período legislativo, 300 §									
Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio									

O preço dos anúncios é de 15% a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trate de entidade particular.

SUMÁRIO

Junta de Salvação Nacional:

Decreto-Lei n.º 193/74:

Estabelece que mediante simples despacho a Junta de Salvação Nacional pode determinar a suspensão temporária do exercício das suas funções dos servidores do Estado, organismos corporativos e de coordenação económica.

JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

Decreto-Lei n.º 193/74 de 9 de Maio

Tendo a Junta de Salvação Nacional assumido os poderes legislativos que competem ao Governo, decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. Mediante simples despacho, a Junta de Salvação Nacional pode determinar a suspensão

temporária do exercício das suas funções dos servidores do Estado, organismos corporativos e de coordenação económica.

- 2. Os servidores suspensos nos termos do número anterior, durante o período da suspensão, mantêm o direito às remunerações correspondentes ao respectivo cargo e antiguidade, como se estivessem em serviço efectivo.
- 3. Durante a suspensão as funções do servidor suspenso serão desempenhadas pelo seu substituto legal e, se este não existir, por pessoa a designar pela Junta de Salvação Nacional.

Art. 2.° Este diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado pela Junta de Salvação Nacional em 9 de Maio de 1974.

Publique-se.

O Presidente da Junta de Salvação Nacional, ANTÓNIO DE SPÍNOLA.